LUCE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 11.429.117/0001-01

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Dessa forma, a NESA ajustou os valores estimados de excessos de custos capitalizados, no montante de R$183.000, referentes a pagamentos ilegais no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 devido à impraticabilidade da identificação dos ajustes por cada período anterior afetado. Como consequência desse ajuste, a investida Light S.A. reconheceu, em 31 de dezembro de 2015, um ajuste no montante de R$4.559, na conta investimentos em contrapartida ao resultado com equivalência patrimonial.

Encontram-se em andamento outras investigações e medidas legais conduzidas por órgãos públicos que envolvem outros acionistas da NESA e determinados executivos desses outros acionistas. Conforme a evolução destas investigações e medidas legais produzirem informações relevantes, a investida Light S.A. avaliará eventuais impactos adicionais sobre as demonstrações financeiras, os quais serão contabilizados e/ou divulgados quando aplicável.

8. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia tinha como grupo de controlador a Cemig com 66,62% do capital total, sendo 50% do capital votante, Santander com 11,13%, BV Financeira com 11,12% e o BB-BI com 11,13% do capital social total.

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo com partes relacionadas referia-se ao saldo de dividendos a receber da investida Light, no valor de R$1.312.

A remuneração total dos Administradores, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, corresponde a R$171, registrados como despesas administrativas, na demonstração do resultado. A remuneração abrange o Conselho de Administração e a Diretoria.

9. DIVIDENDOS A PAGAR

O Estatuto Social prevê que ao lucro que remanescer após a constituição da reserva legal, será dado à seguinte destinação:

(a) Distribuição de dividendos obrigatórios, não inferiores a 25% do lucro líquido do exercício, consoante o disposto no parágrafo 2º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

(b) Distribuição de dividendos adicionais e discricionários, em cada exercício social, conforme vier a ser deliberado em Assembleia Geral, até o montante de 100% (cem por cento) da parcela do lucro líquido remanescente.

A Companhia distribuiu dividendos correspondentes a totalidade de suas reservas de lucros com base em 31/12/2015 correspondente a R$227.309, conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 21 de novembro de 2016. Ademais, a Companhia efetuou o pagamento do saldo de dividendos mínimos obrigatórios no valor de R$1.430 referente ao exercício de 2015, totalizando o montante pago de R$228.739.

Os dividendos propostos, calculados originalmente no encerramento do exercício de 2015 são como se segue:

	31/12/2015	R$/ação
Lucro líquido do exercício	6.020	
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(301)	
Lucro líquido ajustado	5.719	
Realização de mais valia reflexa da investida	2.542	
Lucro à disposição dos acionistas	8.261	0,05
Destinação do resultado		
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% do lucro líquido ajustado	1.430	0,008
Lucros retidos conforme Estatuto	6.831	
Nº de ações	177.328.393	

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 31 de dezembro 2015, o capital social da Companhia estava representado por R$205.199, dividido em 177.328.393 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo 100% detidas pela Parati S.A - Participações em Ativos de Energia Elétrica.

Em 31 de outubro de 2016 foi aprovada pela Parati, em Assembleia Geral Extraordinária, a conversão de metade das ações ordinárias representativas do capital social da Companhia em ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, com características idênticas às ações preferenciais de emissão da Parati, de modo que o capital social da Companhia, por força de referida conversão, será representado por R$205.199, dividido em 88.664.197 ações ordinárias e 88.664.196 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, e de titularidade de Parati.

Na mesma Assembleia Geral, foi deliberado pelo desdobramento da totalidade das ações de emissão da Companhia, de forma que cada ação ordinária passou a ser representada por 3,9850949082 novas ações ordinárias, e que cada ação preferencial passou a ser representada por 3,9850949418 novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, com características idênticas às ações de emissão da Companhia de mesma espécie, de modo que o seu capital social, por força de referido desdobramento, passou a ser representado por R$205.199, dividido em 353.335.240 ações ordinárias e 353.335.239 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, e de titularidade de Parati.

Em 31 de outubro de 2016, a Parati foi cindida e a Companhia recebeu a parcela referente ao acervo líquido cindido, de acordo com o Laudo Contábil, importando no aumento de seu capital social em R$6.493, com a emissão de 4.892.412 novas ações ordinárias e 4.892.412 novas ações preferenciais, em favor dos Acionistas, na proporção de suas participações acionárias no capital social da Parati.

Desta forma, o capital social da Companhia passou de R$205.199, para R$211.692, dividido em 358.227.652 ações ordinárias e 358.227.651 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas assim entre seus Acionistas: Cemig com 25% do capital social total, BTG com 10,72%, com a Santander com 21,44%, BV Financeira com 21,40% e o BB-BI, com 21,44% de participação no capital social total.

Em 21 de novembro de 2016, os acionistas da Companhia deliberaram pela aprovação do aumento de capital social da Companhia, mediante subscrição no valor de R$225.946, e emissão de 165.846.151 de novas ações ordinárias e de 497.538.451 de novas ações preferencias. O capital social foi aumentado para R$437.638, dividido em 689.919.954 ações ordinárias e 689.919.951 ações preferenciais.

Os acionistas Santander, BV Financeira, BB-BI e BTG renunciaram ao direito de preferência para subscrição das ações emitidas, tendo a Cemig optado por subscrever e integralizar a totalidade das ações. Assim, a Cemig aumentou sua participação acionária Companhia de 25% para 61,06% do capital social total, mantendo, contudo, sua participação de 50% do seu capital social votante.

Em 30 de novembro de 2016, a Cemig adquiriu a totalidade das ações detidas pelo BTG, aumentando sua participação acionária na Companhia de 61,06 para 66,62% do capital total, mantendo em 50% do capital social votante.

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social da Companhia está distribuído entre seus acionistas da seguinte forma:

Acionista	Ações ordinárias	%	Ações preferenciais	%	Total	%
Cemig	344.959.977	50,00%	574.355.548	83,25%	919.315.525	66,62%
Banco Santander (Brasil) S.A.	115.080.287	16,68%	38.552.833	5,59%	153.633.120	11,13%
BV Financeira S.A.	114.799.403	16,64%	38.458.737	5,57%	153.258.140	11,12%
BB Banco de Investimento S.A.	115.080.287	16,68%	38.552.833	5,59%	153.633.120	11,13%
Total	689.919.954	100%	689.919.951	100%	1.379.839.905	100%

(b) Reservas de Lucros

Reserva Legal - Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O saldo de reserva legal em 31 de dezembro de 2015, no valor de R$8.274, foi absorvida pelo prejuízo do exercício de 2016, conforme lei nº 6.404/76, artigo 189, parágrafo único.

Ajuste de Avaliação Patrimonial - Os Ajustes de Avaliações Patrimoniais são provenientes de: (i) reserva reflexa de custo atribuído - ajuste reflexo da investida a Light, quando do reconhecimento do custo atribuído (*deemed cost*), na data da adoção do IFRS e novos CPCs, e (ii) outros resultados abrangentes - perdas ou ganhos de passivos atuariais de plano de pensão provenientes de ajuste reflexo da investida Light, quando do reconhecimento do CPC 33, na adoção do IFRS e novos CPCs.

Os valores vêm sendo realizados à mesma medida da realização na investida Light.

11. RESULTADO POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o resultado líquido dos exercícios com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	2016	2015
Numerador		
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(42.020)	6.020
Denominador		
Média ponderada do número de ações	1.379.839.905	177.328.393
(Prejuízo) lucro básico e diluído por ação em R$	(0,03)	0,03

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não existem diferenças entre o lucro por ação básico e diluído, uma vez que a Companhia não possui instrumentos emitidos que tragam efeitos dilutivos ao cálculo.

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Abaixo são comparados os valores contábeis e valores justos dos ativos e passivos de instrumentos financeiros:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	20	20	8	8
Títulos e valores mobiliários	1.676	1.676	1.127	1.127
Dividendos a receber	–	–	1.312	1.312
Passivo				
Fornecedores	18	18	4	4
Dividendos a pagar	–	–	1.430	1.430

A descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 estão identificadas a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa

  As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários estão mensuradas ao seu valor justo na data das demonstrações financeiras.

- Títulos e valores mobiliários

  Os títulos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

- Dividendos a receber e a pagar

  Os dividendos a receber estão classificados como "empréstimo e recebíveis" e os dividendos a pagar estão classificados como "passivo financeiro não mensurado ao valor justo".

- Fornecedores

  Contas a pagar a fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data das demonstrações financeiras.

  Estes saldos estão classificados como "passivo financeiro não mensurado ao valor justo" e se encontram reconhecidos pelo seu custo amortizado, que não diverge significativamente do valor justo.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro da Companhia.

A metodologia utilizada para o "Cenário Provável" (cenário I) considerou a taxa de juros, projetando-se o CDI para 31 de dezembro de 2017 em 10,25% conforme expectativa de mercado, baseada em dados divulgados pelo BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de curto prazo), em 31 de dezembro de 2016. Para os cenários II e III, foram adotadas as premissas de redução desta taxa projetada do CDI em 25% e 50%, respectivamente. A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro.

Risco de Redução das Taxas de Juros:

	Risco	Valor contábil	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Títulos e valores mobiliários	Queda do CDI	1.676	1.848	1.805	1.762
Impacto decorrente de decréscimos do CDI			172	129	86

(a) Valor justo dos instrumentos financeiro

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía como instrumentos financeiros – títulos e valores mobiliários mensurados a valor justo por meio do resultado, as quais são classificadas como Nível 2.

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados, não ajustados em mercado ativo, referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

(b) Considerações gerais

A Companhia efetua análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa e fornecedores, procedendo às devidas adequações em sua estratégia, quando necessário.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

(c) Política de utilização de derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos em 31 de dezembro de 2016. No entanto, caso haja utilização, poderá ser considerada com a finalidade de evitar exposições a riscos.

(d) Gestão de risco

Os principais ativos da Companhia são os investimentos indiretos na Light, companhia de capital aberto. Os riscos identificados por essa empresa são de crédito, mercado, taxa de juros e taxa câmbio. Os detalhamentos desses riscos estão divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras dessa investida.

13. PROVISÕES

A Parati S.A. – Participações em Ativos de Energia Elétrica, empresa incorporada parcialmente pela Companhia, conforme mencionado na nota explicativa nº 1, é parte no processo administrativo nº 10600.720.040/2014-70, perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, a qual questiona a cobrança de Imposto de Renda na Fonte ("IRRF"), que seria devido em razão de ganho de capital auferido pela Enlighted na alienação de ativo localizado no Brasil, a Light S.A., cuja responsabilidade pela retenção e recolhimento, como substituta tributária, seria da Parati por ser a Enlighted residente e domiciliada no exterior, conforme dicção do artigo 26 da Lei 10.833/03.

Em relação à classificação da perda, a Administração da Companhia baseada em parecer de seu assessor legal, tem expectativa da perda ser considerada possível, no valor aproximado de R$201.599, em 31 de dezembro de 2016, motivo pelo qual não constituiu provisão.

14. SEGUROS

A Companhia, por ser uma *holding* com participação direta na Light, entende ser desnecessária a contratação de seguros para cobertura de possíveis riscos, já que a investida Light, principal empresa exposta a riscos, tem contratado seguros para: i) *Directors & Officers* (D&O), ii) Responsabilidade Civil e Geral e iii) Riscos Operacionais e, desta forma, sua Administração entende serem suficientes os seguros efetuados.

15. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM CAIXA

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia realizou as seguintes atividades não envolvendo caixa:

	31/12/2016
Efeitos da incorporação dos saldos da Parati	
Tributos e contribuições a recuperar	3.729
Fornecedores	5
Tributos e Contribuições a recolher	89
Aumento de capital pela incorporação da Parati	6.493

16. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Aumento de capital na controlada em conjunto Guanhães Energia S.A.

Em 9 de janeiro de 2017, a controlada Light Energia efetuou aporte, no montante de R$69.447, na controlada em conjunto Guanhães Energia para a quitação integral das notas promissórias detidas pela Guanhães Energia. Adicionalmente, em 16 de janeiro de 2017, a controlada Light Energia efetuou aporte, no montante de R$1.137, na controlada em conjunto Guanhães Energia.

b) Celebração de contrato de Compra e Venda de Ações do Complexo Eólico Alto Sertão II, entre a controlada em conjunto Renova Energia e AES Tietê Energia S.A.

Em 18 de abril de 2017, a controlada em conjunto Renova Energia celebrou Contrato de Compra de Ações do Complexo Eólico Alto Sertão II ("CCA"), firmado entre a Renovapar S.A. e a AES Tietê Energia S.A. ("AES"), tendo como interveniente Anuente a Nova Energia Holding S.A. A AES se compromete em adquirir 100% das ações da Nova Energia Holding S.A., empresa que controla a subholding Renova Eólica Participações S.A. que, por sua vez, detém 100% (cem por cento) das 15 (quinze) sociedades de propósito específico que compõem o Complexo Alto Sertão II, pelo valor de R$ 600 milhões (seiscentos milhões de reais) ("Transação").

O valor total da operação poderá alcançar a importância de até R$ 700 milhões (setecentos milhões de reais), sendo que metade deste valor adicional, ou seja, R$ 50 milhões (cinquenta milhões de reais) ficarão retidos em uma escrow account e seu pagamento está condicionado ao desempenho do Complexo Alto Sertão II, apurado após período de cinco anos contados da data do fechamento da operação.

A Renova informa que o fechamento da Transação está sujeito a certas condições precedentes previstas no CCA, incluindo, entre outras, a aprovação por órgãos governamentais e credores.

c) Aumento de capital na controlada em conjunto Amazônia Energia Participações S.A.

Em 31 de janeiro e 24 de fevereiro de 2017, a Companhia efetuou aportes, nos montantes de R$7.349 e R$3.363, respectivamente, na controlada em conjunto Amazônia Energia.

d) Aprovação pela Aneel do resultado da 4ª Revisão Tarifária Periódica (RTP) da controlada Light SESA

Em 14 de março de 2017, a Aneel aprovou o resultado da 4ª Revisão Tarifária Periódica (RTP) da controlada Light SESA. A 4ª RTP, prevista para ocorrer em 07 de novembro de 2018, foi antecipada para 15 de março de 2017 por meio da assinatura do 5º termo aditivo ao seu contrato de concessão, aprovado na 7ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria da ANEEL, realizada em 7 de março de 2017, nos termos do Despacho ANEEL nº 2.194 de 16 de agosto de 2016.

Em decorrência da assinatura do aditivo contratual, os processos tarifários ordinários da controlada Light SESA passarão a ocorrer no dia 15 de março de cada ano, sendo que a próxima RTP ocorrerá em 15 de março de 2022. O prazo final da concessão da Light SESA permanece em 4 de junho de 2026.

Foi efetuado o recálculo dos itens associados ao serviço de distribuição e redefinição dos percentuais de perdas regulatórias, que passaram a representar 36,06% do mercado de baixa tensão e o das perdas técnicas, 6,34% da Carga Fio regulatória (antes, tais repasses eram de 30,11% e 5,35%, respectivamente). As novas tarifas da controlada Light SESA refletem também uma atualização dos itens da Parcela A, associados à compra de energia, aos encargos setoriais e aos custos de transmissão, bem como dos componentes financeiros.

O efeito conjunto deste processo resultou em um aumento médio das contas de energia elétrica da Light SESA de 10,45%, a partir de 15 de março de 2017. Os itens associados às Receitas Irrecuperáveis e à Parcela B (Distribuição), associados aos custos gerenciáveis pela Light SESA, representam 2,81% do efeito médio total.

e) Rolagem do empréstimo com o Santander

Em 01 de fevereiro de 2017, foi realizada a rolagem da dívida da controlada Light SESA com o Santander, no montante de R$120.000 através de uma Cédula de Crédito Bancário. A dívida vence no dia 1º de agosto de 2018 e tem taxa de juros de CDI + 4,5% a.a.

f) Rolagem dos empréstimos com o Citibank

Em 03 de fevereiro de 2017, foi realizada a rolagem das dívidas das controladas Light SESA e Light Energia com o Citibank por meio de uma monetização de swap. A rolagem da Light SESA foi no valor de R$631.000, com vencimento 1º de novembro de 2019, e, da Light Energia, de R$220.850, com vencimento em 1º de maio de 2018. Ambas operações foram realizadas por meio de operação 4131 com swap vinculado ao custo de CDI + 3,5% a.a.

g) Contratação da 2ª Nota Promissória da controlada Light Energia

Em 06 de fevereiro de 2017, foi realizada a 2ª Nota Promissória da controlada Light Energia no valor de R$60.000, sendo R$24.700 com o Banco Itaú, R$20.000 com o Banco BBM e R$15.300 com Banco ABC. A operação tem vencimento em 31 de julho de 2018 e taxa de CDI + 4,5% a.a.

h) Rolagem da Nota de Crédito com o Banco do Brasil

Em 22 de fevereiro de 2017, foi realizada a rolagem da Nota de Crédito da controlada Light SESA com o Banco do Brasil, no montante de R$150.000. A operação tem 6 meses de carência e 6 amortizações bimestrais, com vencimento em 22 de fevereiro de 2019 e taxa de 140% do CDI.

17. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 20 de abril de 2017.

Conselho de Administração

Oderval Esteves Duarte Filho
Maura Galuppo Botelho Martins
Luiz Carlos da Silva Cantídio Júnior
Édson Rogério da Costa
Júlio Cezar Alves de Oliveira
Eduardo Lucas Silva Serrano
Helvécio Miranda Magalhães Júnior
João Batista Zolini Carneiro

Diretoria

Guilherme Rodrigues de Paula Chiari
João Alan Haddad
Paulo Eduardo Pereira Guimarães

Contador

Edmundo Leão de Matos Filho
CRC-MG nº 56.401/O-6